

# O cis-tema psicanalítico em questão

Leonora Maniglia Macedo,<sup>1</sup> Bauru, SP

Patrícia Porchat Pereira da Silva Knudsen,<sup>2</sup> São Paulo

Resumo: Nas últimas décadas, muito se debateu em psicanálise sobre as questões trans, mas poucos esforços foram despendidos para compreender os processos psíquicos referentes a um sistema cisgênero. A partir do diálogo da psicanálise com estudos transfeministas e decoloniais, as autoras se propõem a pensar a cisnormatividade enquanto sistema que historicamente estrutura as sociedades ocidentais e uma inteligibilidade baseada na premissa de que haveria uma coerência entre sexo e gênero. A revisão de literatura indica que a cisnormatividade leva à produção de discursos patologizantes das transidentidades, atravessa a formação profissional de psicólogos e psicanalistas, e produz efeitos na transferência. Um giro epistemológico é necessário para ocorrer o abandono de um posicionamento conservador hegemônico entre psicanalistas e a transição a uma práxis crítica e contemporânea. Palavras-chave: cisgênero, psicanálise, gênero

Antes de iniciar este artigo, faz-se necessário indicar que uma das autoras é uma travesti cujo percurso acadêmico, até então, foi marcado pelas investigações em psicanálise e educação sexual quanto às demandas transidentitárias<sup>3</sup> contemporâneas, em específico no que diz respeito às pluralidades englobadas pela não binariedade. A motivação em nada neutra que a trouxe até o presente artigo foi atravessada por um intenso movimento coercitivo que lhe permitisse validar cientificamente sua existência enquanto sujeito trans, travesti, não binário – validação essa que, externa e comprometida com

- 1 Doutoranda em psicologia do desenvolvimento e aprendizagem pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru).
- 2 Psicanalista. Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru).
- 3 Diferentes terminologias são aqui utilizadas para se referir às pessoas trans. Historicamente, os termos *travestismo*, *transexual* e *transexualismo* surgem como categorias clínico-diagnósticas. Nas últimas décadas, deixou-se o sufixo *-ismo*, acrescentando-se o termo *transexualidade* como tentativa de despatologização. *Transgênero* e *transgeneridade*, por sua vez, vêm do ativismo trans para deslocar o foco do sexo e do sexual e destacar a questão do gênero. Na psicanálise, para alguns, o termo *transidentidades*, ou *identidades trans*, passa a ser empregado nos últimos anos para englobar uma pluralidade de identidades.

a capacidade cisgênera de assimilar o desviante, agora lhe é compreendida como desnecessária.

Interessada na teoria psicanalítica desde a graduação em psicologia, sua transição ocorreu em uma universidade pública do estado de São Paulo, entre inúmeras tentativas de deslegitimação e recusas de uso de nomes e pronomes, além de outras violências simbólicas e materiais. Essa transição, para além das alterações de vestimentas, registros legais, utilização de bloqueadores de testosterona e injeções de estradiol, se refere ainda a um trânsito subjetivo de um lugar previamente inteligível, de uma masculinidade familiar que, mesmo afeminada, era cisgênera, à posição estranha que uma travesti ocupa em um tecido social cisnormativo. Foi marcada por um descontentamento significativo com as transmissões em psicanálise de discursos teóricos que constantemente associavam sua identidade de modo caricato a diagnósticos de disforia de gênero, perversões e psicoses, equiparando sua travestilidade a um objeto substituto para as metas sexuais fetichistas, enquanto “mulher fálica”.

Ao longo do processo de formação profissional, pessoas trans se encontram sub-representadas, seja pela ausência quase absoluta de docentes ou discentes trans nos espaços profissionalizantes, pela escassez de referenciais teóricos produzidos por pesquisadores trans, ou ainda pelo apagamento epistemológico e pela escolha de docentes cisgêneros em negligenciar as historicidades e contribuições transidentitárias à ciência.

Como conciliar, então, as perspectivas emancipatórias quanto às pluralidades da sexualidade e do gênero com perspectivas marcadamente conservadoras e normativas na psicanálise? Uma transição se faz relevante no campo teórico: de um viés majoritariamente produtor de estigmatização para outro específico e crescente, em especial no Brasil e na América Latina, que considera a psicanálise em diálogo com teorias decoloniais, queer e transfeministas. A transição, portanto, excede a materialidade da experiência transidentitária. Ela exige um deslocamento epistemológico e político quanto à leitura das produções psicanalíticas – que talvez seja justamente aquilo que falta a um grupo hegemônico de teóricos na atualidade, narcisicamente enrijecidos em suas posições cisgêneras.

Os corpos e subjetividades trans já estão transicionados, ocupando cada dia mais a Academia e algumas instituições formadoras de psicanalistas, que conjuntamente forcem o abandono de lugares conservadores anteriores e demandam caminhos inventivos a serem tomados. Cabe pensar, em um primeiro momento, como essa cisnormatividade pode ser compreendida e quais são seus efeitos na formação profissional psi. E para além disso, como uma perspectiva transfeminista pode contribuir para a psicanálise contemporânea?

## Considerações sobre a cisnormatividade

Em trabalho que se tornou uma das principais referências transfeministas brasileiras, Vergueiro (2015) indica que os conceitos de cisgeneridade e de cisnormatividade não devem ser pensados sem considerarmos os atravessamentos que impuseram uma inteligibilidade específica de existência a povos subjugados por meio dos processos colonizatórios. O contato entre sociedades europeias e indígenas culminou não só na exploração radical de seus territórios e corpos, mas também na imposição de regimes culturais, linguísticos e religiosos próprios ao pacto civilizatório branco judaico-cristão. Foi ainda forçosamente exigido de povos originários o abandono de suas configurações sociais quanto às diferentes manifestações de gênero, sexualidade e afeto, ainda que essas dimensões sejam recorrentemente negligenciadas por pesquisadores.

A autora evidencia como modos específicos de se relacionar com o corpo se configuraram nesse contato entre colonizador e colonizado, por meio do estabelecimento de quais indivíduos são ou não dotados de alma. A essa suposta essência humana se costuraram intrinsecamente categorias embasadas na própria imagem europeia, a saber: a heteronormatividade, que presume a existência anterior de dois sexos/gêneros complementares, cuja sexualidade se centra na genitalidade e tem por fim último a reprodução da espécie; a branquitude, que identifica, a partir das múltiplas variabilidades fenotípicas humanas, uma única e muito específica raça, que, de modo supremacista e pretensioso, seria “mais evoluída”; e, por fim, um regime cisnormativo que presume uma inteligibilidade universal de coerência entre sexo e gênero atribuídos ao nascimento, acarretando a cisgeneridade enquanto natureza humana.

A cisnormatividade, portanto, se refere a um regime que naturaliza a cisgeneridade como destino “normal”, e assume corpos dissidentes como aberrações. Essa leitura corrobora a perspectiva de Lugones (2008) sobre a colonialidade de gênero. A socióloga argentina entende que o gênero, como hoje o conhecemos no mundo ocidental, fragmentado em duas posições antagônicas e complementares – homens e mulheres –, não é algo próprio da espécie humana. Tampouco é passível de ser universalizado a todas as sociedades e contextos históricos, mas se referiria a um sistema construído por meio da imposição colonialista da cultura europeia e, por conseguinte, de seus códigos de gênero. Trata-se de uma compreensão sobre a inteligibilidade que se vincula ao que significa ser propriamente humano, tanto quanto a diferença fenotípica, que levou, nesse mesmo cenário, à instituição de códigos raciais e à noção de supremacia branca, agindo em conluio com a cisgeneridade a fim de distinguir diferentes níveis de humanidade: civilizados e selvagens.

Retomando Vergueiro (2015), compreendemos que a cisnormatividade apresenta traços característicos. Ela se refere, em primeiro lugar, ao seu caráter pré-discursivo, debatido previamente por Butler: “O gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual ‘a natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura” (1990/2018, p. 27).

Haveria, segundo esse raciocínio, atribuições linguísticas e simbólicas não só de um gênero, mas também de um sexo, identificado a partir de critérios materiais e objetivos, tal qual a diferença genital. Códigos são transmitidos intergeracionalmente, por meio da atribuição de expectativas normativas de pais, vizinhos, dispositivos jurídicos, midiáticos, médicos e sociais a crianças, antes mesmo que elas possam ter suas próprias percepções sobre suas identidades e corpos. São ainda instituídas interdições e proibições que acarretam configurações exclusivamente binárias, mantendo essa pretenciosa materialidade da diferença dos sexos colada à noção de natureza, utilizando-a como prerrogativa para a consolidação desse sistema que antecede o discurso.

A binariedade, por esse motivo, é indicada por Vergueiro (2015) como outro traço da cisnormatividade, pois assume apenas duas configurações de sexo/gênero emaranhadas entre si: macho/homem e fêmea/mulher. Essa visão restritiva e dicotômica sobre o sexo produz por si só um campo simbólico que incide sobre a pluralidade humana, de modo a negligenciar a complexa gama de fatores que se entrecruzam e a constituem. Hoje, por exemplo, compreende-se que fatores genéticos, hormonais, gônadas, genitálias, caracteres sexuais secundários e cromossomos configuram mais de 60 possibilidades de combinação matemática que falam da diversidade de identidades sexuais (Carpenter, 2018).

Para além do sexo, o gênero tampouco se mostra historicamente limitado a duas possibilidades, havendo registros que indicam a existência de identidades para além de homem e mulher em diversas sociedades e períodos históricos ao redor do mundo – por exemplo, *muxes* no México, *berdaches* em povos originários da América do Norte, *hijras* hindus, *kathoeyes* na Polinésia, *mahus* da Polinésia, *fá’afafines* em Samoa e mais (Ayouch, 2014). Muitas dessas identidades estão socialmente associadas a funções específicas, e remetem ao trânsito entre o que se entende por masculino e feminino.

Por fim, Vergueiro (2015) postula que um último traço da cisnormatividade se refere à permanência, que fortalece a mitologia do gênero binário e o consolida em um destino natural de vida, imutável, não estando aberto a possibilidades de transição. Tal rigidez se opõe à transitoriedade das identificações e ignora as alterações quanto às expressões de gênero que mesmo pessoas cis experimentam em vida. Do bebê à infância, desta à puberdade e à adolescência, alcançando a vida adulta e as diferentes etapas da velhice,

masculinidades e feminilidades são submetidas a oscilações por alterações fisiológicas que modificam a libido, a saúde, a aparência e, conseqüentemente, a relação do sujeito com o corpo, com o gênero e com a sexualidade. A noção de uma transição de gênero, todavia, é associada somente às pessoas trans, tendo em vista a radicalidade dessas alterações.

Desse modo, a pré-discursividade, a binariedade e a permanência demarcam o campo simbólico de inteligibilidade sobre o corpo que descreve, não de modo exaustivo, é claro, o que a autora entende por cisnormatividade. Em se tratando de um âmbito simbólico, esse regime não só produz efeitos que restringem as possibilidades de existência e expressão do sujeito, mas também acarreta subjetividades próprias de seu contexto sócio-histórico. Isso nos leva a questionar de que maneira a formação profissional de psicólogos e psicanalistas é atravessada pelo *cis-tema*.

## Efeitos da cisnormatividade na formação

Stona e Carrion discutem, em *O cis no divã* (2021), o modo como a cisnormatividade atravessa a formação de psicólogos e psicanalistas. A cisnormatividade pode ser considerada nas clínicas-escolas como um dispositivo de controle da escuta, que se exprime por distintos fatores: a institucionalização, a singularidade do leitor, os pares e a transmissão, o texto psicanalítico e os dispositivos de formação.

Sabemos que Freud apresenta uma dualidade entre normatividade e subversão do campo da sexualidade e do gênero. É inegável que as contribuições acerca das pulsões, do desenvolvimento psicosssexual e das escolhas objetais fornecem ferramentas para uma leitura crítica da sexualidade humana. Todavia, simultaneamente, Freud propõe modelos desenvolvimentistas de normalidade e “desvio”, fornecendo, em paralelo, elementos para a produção de discursos normativos que acabam por delimitar patologias e fomentar exclusões.

Concordamos com Stona e Carrion, que sugerem que a institucionalização da psicanálise se assentou sobre essa matriz normativa e que, ainda hoje, nos deparamos de modo hegemônico com instituições que reproduzem vieses normativos sobre o gênero e a sexualidade. Existe, contudo, um movimento crescente nas últimas décadas dentro da psicanálise que considera seu potencial subversivo como compromisso ético-político, sendo possível identificar trabalhos críticos às teorias clássicas que estigmatizam, por exemplo, as transidentidades.

Um segundo fator indicado por Stona e Carrion é a singularidade do leitor, que se relaciona diretamente com o terceiro, sendo este o dos pares e da transmissão da psicanálise. A leitura da teoria psicanalítica seria atravessada

pela subjetividade da pessoa em formação, tendo em vista que, com base em suas vivências, o sujeito é capaz de dirigir um olhar mais ou menos crítico ao conteúdo que assimila. Mas a transmissão da psicanálise seria igualmente marcada por esse viés subjetivo na formação de futuros profissionais de psicologia nas clínicas-escolas, havendo o controle sobre quais conteúdos devem ser escutados e analisados. Sobre isso, os autores sugerem que quem transmite a psicanálise, em geral, insiste em indicar qual seria a leitura correta de Freud. Ora, isso acarreta “direcionamentos” de leitura, incluindo-se aí a própria lógica cisnormativa, que justifica seus estigmas e preconceitos.

Outro fator destacado pelos autores é o texto psicanalítico, ao qual dirigem um questionamento extremamente pertinente: “Ele ainda oferece respostas às nossas perguntas?” (p. 87). Seria possível atualizar a teoria psicanalítica ou essas produções se findam em si, em sua época, descontextualizadas das reivindicações e movimentos sociais contemporâneos? Ao longo de sua vasta obra, Freud se preocupou em relacionar as interferências sociais com suas produções, revisando seus textos e muitas vezes contradizendo-se a si mesmo. Os efeitos da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, o antisemitismo, o feminismo, e muitos outros fenômenos históricos foram considerados em seus textos. Por que deveriam as reivindicações de movimentos transfeministas e queer serem excluídas da teoria psicanalítica, senão por interesse hegemônico de fazer a manutenção do regime cisnormativo?

A resistência a esses movimentos, como é evidente em Roudinesco, em *O eu soberano* (2022), e na forte comoção promovida em apoio a essa obra dentro de diferentes setores psicanalíticos, em especial europeus, mas também na América Latina, escancara a dificuldade de pessoas cisgêneras de se situarem enquanto pessoas demarcadas por identidades políticas na atualidade. Ao serem assim nomeadas por corpos que historicamente foram depreciados pelas suas próprias teorias e práticas – ou seja, pelas pessoas transgêneras –, recusam o caráter identitário de suas posições subjetivas quanto ao gênero, quase como se este fosse inerente somente a pessoas trans.

A *ofensa da nomeação* foi o termo escolhido por Pfeil e Pfeil (2022) para designar a reação de pessoas cisgêneras ao serem nomeadas como tais. Ela exemplifica o modo caricato como a cisnormatividade reage com ansiedade e nervosismo à percepção da artificialidade de seus próprios gêneros, tentando mais uma vez isentar-se da responsabilidade histórica pelos processos cisnormativos que garantiram acessos e privilégios ao seu grupo. A nomeação da cisgeneridade é recebida como ameaça à sua legitimidade. O mesmo já aconteceu e ainda acontece quanto à heterossexualidade e à branquitude, que, de tão naturalizadas e normalizadas, são dadas como

características próprias da espécie humana, carecendo de ser um objeto de investigação e explicação teórica.

Por fim, Stona e Carrion (2021) mostram como os dispositivos de formação, mesmo hoje, se valem de critérios de inclusão e exclusão em seu processo de seleção de novos integrantes, proibindo direta ou indiretamente certos corpos – como os de pessoas trans – de acessarem as instituições formadoras de psicanalistas, ou ainda tornando sua permanência extremamente difícil. A isso se acrescenta a exclusão por questões raciais, de acessibilidade ou de classe, tendo em vista a cobrança de valores por vezes abusivos nos espaços de formação. Essa experiência de exclusão que se repete em espaços de formação acompanha um sem-número de passagens por espaços públicos e privados onde há dificuldade de aceitarem e respeitarem o uso de nomes e pronomes sociais, além da dificuldade de acesso a banheiros públicos, o que se alia à falta de reconhecimento ou pertencimento. Afinal, frequentemente uma pessoa trans é uma das raras ou, ainda, a única a ocupar esses espaços.

Todavia, não podemos deixar de mencionar que, embora essa seja a realidade hegemônica das instituições da psicanálise contemporânea, também já alcançamos avanços, como o surgimento crescente de novos espaços destinados a pessoas antes excluídas por critérios exclusivamente normativos. A cena vem se transformando com a instituição de cotas e bolsas, e também com muitas produções críticas de autores que fazem a psicanálise dialogar com os estudos de gênero, como Eduardo Leal Cunha, Pedro Ambra, Mara Caffé, José Stona, entre outros aqui no Brasil, além de nomes como Thamy Ayouch, Laurie Laufer, Beatriz Santos, Adrienne Harris, Ken Corbett, Griffin Hansbury, Leticia Fiorini e Débora Tajar, entre tantos outros no circuito internacional.

A transformação a que se refere este dossiê parece já estar em andamento, com a ocupação e os pés nas portas que pessoas trans e outros corpos depreciados, a duras penas, representam nas instituições formadoras, seja de psicólogos, seja de psicanalistas. Suas existências põem em xeque a falaciosa noção de neutralidade do analista, uma vez que seu corpo, por si só, é um posicionamento promotor de mudanças sociais por meio de incômodos e questionamentos à norma. Já transicionaram, alteraram seus corpos, seus gêneros, rasgaram o RG e assumiram outra forma. Talvez essa transformação ainda pareça distante devido à dificuldade de pessoas cisgêneras em se sujeitar a ela. Mas a que se refere então essa transição?

## A psicanálise e as experiências trans

A psicanálise despendeu múltiplos esforços no último século para compreender e justificar as experiências trans. Na década de 1960, Stoller se referiu ao transexual, associando sua formação de gênero a uma impossibilidade de superar a feminilidade primordial no princípio da vida do bebê e sua relação com a mãe. Haveria, primeiramente, a constituição de um “núcleo de identidade de gênero”, marcado por uma “força” biológica que se origina na vida fetal; a designação do sexo no nascimento pelo médico e pelos pais; as atitudes dos pais e a interpretação dessas percepções pela capacidade do bebê de fantasiar; efeitos pós-natais precoces causados por condicionamento, *imprinting* ou outras formas de aprendizagem que modificam permanentemente o cérebro do bebê e o comportamento resultante. A esses fenômenos sucederia a interferência paterna, com o objetivo de organizar o gênero da criança, ou seja, o desenvolvimento gradual do sentido de ser homem ou mulher, estabelecido por volta dos 2 ou 3 anos. Diante da permanência do menino na feminilidade primária que experiencia junto à mãe, tem-se um quadro de “transexualismo”. Trata-se de uma compreensão que, ao mesmo tempo que distingue o sexo (do campo biológico) do gênero (de ordem psíquica), categoriza a experiência trans como um “problema de identidade de gênero” (Stoller, 1968/1974, p. 9).

Ao retomar Freud, Lacan (1957-1958/1998) sugere que o “travestismo”, termo então empregado, se associaria a uma recusa simbólica da castração e se referiria à criança do sexo masculino que de algum modo se identificou com o falo escondido sob as roupas da mãe. Tratar-se-ia, até então, não de uma identidade de gênero, como hoje é compreendida, mas de uma posição simbólica diante da angústia de castração, um fetichismo para o qual a vestimenta do outro sexo corresponderia a um significante substituto que encobre a falta do falo. Buscando reparar uma falta simbólica, esse sujeito faria alterações físicas e materiais em seu corpo e sexo, tratando-se basicamente de uma resposta à forclusão do Nome-do-Pai (Lacan, 1971/2006).

Em revisão sobre as estigmatizações promovidas pela teoria psicanalítica quanto às transidentidades, Stona e Ferrari ressaltam que diversos autores, como Safouan, Czermak, Millot, Dör e Frignet, teriam se fundamentado em Lacan para sustentar uma associação categórica entre o “travestismo” ou “transexualismo” e o “caráter de erro, psicose ou loucura” (2020, p. 5). Trata-se, nesses autores, de compreender os processos que justifiquem as experiências transgêneras no campo do patológico, do desvio ou de um desenvolvimento psicosssexual insuficientemente concluído.

A vinculação das transidentidades com as perversões e psicoses promove efeitos similares aos que o *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (DSM) realizou, historicamente, ao descrever o “transexualismo” como

um “transtorno de identidade de gênero”, ou ainda uma “disforia de gênero”, pensando-o em termos de um problema clínico (American Psychiatric Association, 1994, 2013). A patologização das transidentidades serviu de pretexto para a medicalização compulsória desses corpos, submetendo-os a procedimentos farmacológicos, psiquiátricos, estéticos e cirúrgicos que se propunham como um tratamento clínico cuja finalidade se alicerçava na reparação da coerência entre sexo e gênero sob uma perspectiva cisnormativa. Fez parte do conjunto de procedimentos requeridos nas políticas públicas de acesso ao processo transexualizador no Brasil a exigência de acompanhamento psicológico por um período mínimo de dois anos para pessoas trans que desejavam realizar tratamento hormonal ou intervenção cirúrgica em seu corpo. Essa exigência, que atualmente não existe para o tratamento hormonal, era parte da comprovação diagnóstica de que o sujeito em questão podia ser reconhecido clinicamente como transexual, a despeito de sua autoidentificação. Trata-se aí, queremos crer, de um exemplo do que Foucault (1976/1988) designou como *biopoder*, em que dispositivos médicos, políticos e sociais desempenham formas de controle e disciplinarização dos corpos por meio da regulação de suas possibilidades em vida, da expressão de sua sexualidade e de seu gênero. Aos profissionais do campo psi, muitos deles psicanalistas, cabia a validação externa de um processo tão subjetivo quanto o entendimento do sujeito sobre sua própria identidade.

Vale frisar que, embora hoje essa exigência não seja mais vigente, sendo a autoidentificação suficiente para garantir o acesso aos serviços de saúde específicos para as questões trans, essa população se vê sob a constante ameaça do retorno de tais regulações sobre seu corpo. Destaca-se a Resolução n. 2.427, de 8 de abril de 2025, do Conselho Federal de Medicina (CFM), que visa restringir o acesso de pessoas trans aos bloqueadores hormonais e à hormonização cruzada. Essa resolução provocou extenso debate, o que evidencia a polarização de posicionamentos de profissionais de variadas áreas da saúde.

Psicanalistas contemporâneos, no entanto, sugeriram dissociar as transidentidades de um caráter patológico, buscando pensar como a psicanálise pode desempenhar um papel de suma relevância para a escuta segura do sujeito, levando em conta sua multiplicidade. Passaram então a revisar conceitos e discussões anteriores sobre a temática, com o propósito de estabelecer leituras mais consistentes e críticas. Um exemplo é a desconstrução da noção de transexual verdadeiro, disseminada após as contribuições de Stoller e do endocrinologista Harry Benjamin no campo psiquiátrico, o que acabou por instituir uma régua cisnormativa sobre quais corpos são mais ou menos trans a partir da percepção do desejo de realizar procedimentos de redesignação genital (Porchat, 2014). Já há quase duas décadas, Bento (2006) e Arán et al. (2008)

afirmavam que as experiências trans são múltiplas e que, portanto, um critério tão específico quanto a sujeição ao processo de alteração genital não deveria ser suficiente para invalidar o sofrimento de pessoas transgêneras que não almejam realizá-lo. Até então, se debatia o caráter do sofrimento inerente às vivências trans, em uma busca de universalização de suas subjetividades.

Em trabalho mais recente, Cunha (2021) critica a precariedade intelectual própria ao apego de psicanalistas por uma suposta “clínica da transexualidade”, que visa encontrar na psicopatologia psicanalítica um sofrimento generalizável a toda experiência trans e, por conseguinte, técnicas de manejo universais para a escuta dessa população. Para o autor, de acordo com esse raciocínio, a vulnerabilidade social vivida por muitas pessoas trans acabaria por ser transferida “para o próprio núcleo da experiência transidentitária” (p. 78), pouco se fazendo para distinguir as angústias referentes ao desconforto com a cisnormatividade binária de gênero e os efeitos materiais e imateriais da rejeição social sobre suas identidades. Além disso, afirma que a suposição de um sofrimento próprio às transidentidades assume um risco de “nos fazer rumar em direção à ética da tutela” (p. 79), o que pode acarretar outros modos de controle sobre suas subjetividades ao assumi-las como intrinsecamente demandantes de cuidado clínico.

Já não é, portanto, novidade para as produções psicanalíticas que as experiências trans, em sua multiplicidade, não devem ser pensadas por meio de diagnósticos categóricos e universalização de angústias que restringem sua subjetividade, submetendo-a a um discurso cuja lógica se sustenta por fundamentações e cosmovisões cisnormativas. O debate já está em curso há décadas, e nos parece que a resposta mais concisa e direta para tais preocupações deveria ser, simplesmente, aquilo que alicerça a práxis psicanalítica: a escuta da singularidade do sujeito.

Todavia, ainda identificamos pouco ou nenhum esforço para investigar as relações de gênero que levam à constituição das cisgeneridades, o que deveria apontar que há um trabalho mais urgente a ser realizado do que a descrição reducionista e universalizante das experiências transidentitárias. Desse modo, propõe-se aqui um deslocamento estratégico do desvio à norma: como a psicanálise pode pensar a cisgeneridade?

## Cisgeneridade em questão

Como mencionado antes, são exaustivas as tentativas teóricas de psicanalistas de compreender as especificidades subjetivas – mas globalizantes – que produzem as transidentidades, mas pouco se fala da cisgeneridade. Autores como Richard Miskolci criticam a implementação da categoria da

cisgeneridade, questionando sua validade epistemológica, já que ela supostamente atribuiria, por um lado, “coerência e estabilidade a todas as pessoas que não são trans”, e uma hierarquia que tornaria secundários homens gays, mulheres lésbicas e pessoas bissexuais (Barreto, 2021).

Sobre essa resistência à adesão da cisgeneridade enquanto categoria de análise, Molinier (2020) indica como o ato de compreender-se branco, cis ou heterossexual não é necessariamente uma escolha consciente, mas que ainda assim inevitavelmente culmina em acessos e lugares de poder que podem ser utilizados de forma abusiva perante corpos depreciados. Entender-se cisgênero demanda que se perca o conceito de si e sua constituição de gênero, que se coloque em risco em prol de aprender com o outro por meio do encontro.

Não se trata, portanto, de restringir a cisgeneridade a uma identidade rígida ou, por outro lado, de compreender suas múltiplas possibilidades – tal como foi feito com as transidentidades pela psiquiatria e pela psicanálise –, mas de considerar os efeitos simbólicos da cisnormatividade sobre determinadas formas de subjetivação na contemporaneidade. A cisgeneridade não deve ser tomada como uma identidade de gênero em si, mas antes como uma categoria de análise que viabiliza a investigação de similaridades psíquicas nos processos constitutivos dos gêneros binários e possíveis efeitos da ordenação normativa de coerência entre sexo e gênero.

Segundo Ayouch, “um gênero é fixado, a cada caso, de forma parcial e hipersingular, pela restrição de um conjunto de elementos heterogêneos. Toda construção de gênero carece de coerência e surge na confluência de operações defensivas e performativas” (2021, p. 173). Desse modo, vale transicionar a psicanálise do *tornar-se trans* a um questionamento mais contemporâneo e crítico: quais processos subjetivos se vinculam ao *tornar-se cis*?

Griffin Hansbury (2011a), um psicanalista trans estadunidense, postula que em subjetividades trans o gênero pode ser compreendido como um pêndulo que oscila entre diferentes posições. Ora desejam a estabilidade de gênero, ora transitam entre os gêneros masculino e feminino. Seria o caso de pensar que a cisgeneridade, ao contrário, é fixada em uma das posições, a de estabilidade, não possuindo nenhuma forma de plasticidade? Parece-nos contraproducente estabelecer esse tipo de leitura universalizante, tendo em vista que nas cisgeneridades existem múltiplas conformações e expressões de gênero. Evidentemente existe uma maior ou menor fluidez, considerando-se, por exemplo, gays afeminados e lésbicas masculinizadas, que rompem com a lógica heterossexual da cisnorma. Vale salientar, como discutido anteriormente, que a cisgeneridade se refere a uma inteligibilidade de corpo que presume a heteronormatividade e a branquitude. Portanto, vamos nos limitar, neste tópico, a configurações hegemônicas, isto é, cis, hétero e brancas.

Partindo do apontamento freudiano de que “Fräulein B. não é só homossexual, ela também desperta a homossexualidade nos outros” (McGuire, 1974, p. 165), podemos sugerir que um sujeito transgênero igualmente desperta a transgeneridade nos outros. Não em termos de uma transição de gênero propriamente dita, mas talvez nas identificações possíveis com as oscilações do pêndulo, com a plasticidade de posições psíquicas que um sujeito pode assumir quanto à sua identidade. É o que sugere Hansbury (2017) ao debater o modo como, ao escutar relatos de analisandos trans sobre desejos de alteração corporal e questões de transição, contratransferências transfóbicas levam o analista cisgênero a sentir que seu gênero e sua sexualidade estão ameaçados, ou ainda que seu corpo será fragmentado e que perderá a sanidade. Isso decorreria de angústias impensáveis, conceito que o autor retoma de Winnicott e que se refere às angústias psicóticas vividas na infância, relacionadas a sensações de fragmentação e aniquilação em um momento primitivo do desenvolvimento psíquico, mas que podem ser resgatadas ao longo da vida. Hansbury afirma que uma reação recorrente a essas angústias é a projeção das categorias diagnósticas de psicose, borderline e outras sobre analisandos trans.

Como um possível sintoma das exclusões e patologizações próprias da história psicanalítica, Hansbury (2011b) indica a busca de corpos depreciados por *safe analysts* (analistas seguros), que idealmente lhes assegurariam um espaço sem julgamentos, ignorância ou violências sutis. No entanto, o analista que se esforça para satisfazer esse ideal pode se ver limitado quanto às confrontações e interpretações a serem realizadas, com medo de ser incapaz de assegurar esse espaço seguro (Porchat & Santos, 2021).

A experiência clínica da autora travesti deste artigo aponta uma questão interessante: seus analisandos cis frequentemente evocam o gênero da analista de modo a abordar suas próprias dificuldades em abandonar aquilo a que se referem como “comportamentos” ou “pensamentos” femininos ou masculinos. Já suas pacientes mulheres cis em atendimento num contexto hospitalar, diante do adoecimento oncológico que comporta remoção de mamas, útero ou perda do cabelo, evocam a transição de gênero como algo que lhes permitiu pensar sobre as perdas vividas da própria feminilidade. Conclui-se pela relevância de considerar os fenômenos psíquicos referentes às cisgeneridades para pensar seus efeitos na práxis psicanalítica.

### El cis-tema psicoanalítico en cuestión

Resumen: En las últimas décadas, se ha debatido mucho en psicoanálisis sobre las cuestiones trans, pero se han dedicado pocos esfuerzos a comprender los procesos psíquicos relacionados con un sistema cisgénero. A partir del diálogo entre el psicoanálisis y los estudios transfeministas y decoloniales, las autoras se proponen

## ○ cis-tema psicanalítico em questão

reflexionar sobre la cisnormatividad como sistema que históricamente estructura las sociedades occidentales y una inteligibilidad basada en la premisa de que existiría una coherencia entre sexo y género. La revisión de la literatura indica que la cisnormatividad conduce a la producción de discursos patologizantes de las transidentidades, atraviesa la formación profesional de psicólogos y psicoanalistas y produce efectos en la transferencia. Es necesario un giro epistemológico para abandonar una posición conservadora hegemónica entre los psicoanalistas y pasar a una praxis crítica y contemporánea.

Palabras clave: cisgénero, psicoanálisis, género

## The psychoanalytical cis-tem in question

Abstract: There has been much debate in psychoanalysis about trans issues, but little effort has been made to understand the psychic processes related to a cis-gender system. Based on the dialogue between psychoanalysis and transfeminist and decolonial studies, the authors propose to consider cisnormativity as a system that has historically structured Western societies and an intelligibility based on the premise that there is a coherence between sex and gender. The literature review indicates that cisnormativity leads to the production of pathologizing discourses on trans identities, permeates the professional training of psychologists and psychoanalysts, and has effects on transference. An epistemological shift is necessary to abandon the hegemonic conservative position among psychoanalysts and transition to a critical and contemporary praxis.

Keywords: cisgender, psychoanalysis, gender

## Le cis-tème psychanalytique en question

Résumé : Au cours des dernières décennies, les questions transgenres ont fait l'objet de nombreux débats en psychanalyse, mais peu d'efforts ont été consacrés à la compréhension des processus psychiques liés au système cisgenre. À partir du dialogue entre la psychanalyse et les études transféministes et décoloniales, les autrices se proposent de réfléchir à la cisnormativité en tant que système qui structure historiquement les sociétés occidentales et à une intelligibilité fondée sur la prémisse qu'il existerait une cohérence entre le sexe et le genre. La revue de la littérature indique que la cisnormativité conduit à la production de discours pathologisants sur les transidentités, traverse la formation professionnelle des psychologues et des psychanalystes, et produit des effets sur le transfert. Un tournant épistémologique est nécessaire pour abandonner une position conservatrice hégémonique parmi les psychanalystes et passer à une pratique critique et contemporaine.

Mots-clés : cisgenre, psychanalyse, genre

## Referências

- American Psychiatric Association. (1994). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (4ª ed.).
- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5ª ed.).
- Arán, M., Murta, D. & Zaidhaft, S. (2008). Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. *Psicologia & Sociedade*, 20(1), 70-79.
- Ayouch, T. (2014). Da transexualidade às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais. *Percurso*, 54, 23-32. [bit.ly/4pLJML0](https://bit.ly/4pLJML0)
- Ayouch, T. (2021). *Psicanálise e hibridez: gênero, colonialidade e subjetivações*. Calligraphie.
- Barreto, M. M. (2021, 15 de outubro). Avanços, equívocos e retrocessos nas lutas identitárias. *Extra Classe*. <https://tinyurl.com/2xa9y8pt>
- Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Garamond.
- Butler, J. (2018). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, Trad., 16ª ed.). Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 1990)
- Carpenter, M. (2018). Intersex variations, human rights, and the International Classification of Diseases. *Health and Human Rights Journal*, 20(2), 205-214.
- Cunha, E. L. (2021). *O que aprender com as transidentidades: psicanálise, gênero e política*. Criação Humana.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade 1: a vontade de saber* (M. T. C. Albuquerque & J. A. G. Albuquerque, Trans.). Graal. (Trabalho original publicado em 1976)
- Hansbury, G. M. (2011a). King Kong & Goldilocks: imagining transmasculinities through the trans-trans dyad. *Psychoanalytic Dialogues*, 21, 210-220.
- Hansbury, G. M. (2011b). The problem of the safe analyst. *Psychoanalytic Dialogues*, 21(6), 710-729.
- Hansbury, G. M. (2017). Unthinkable anxieties: reading transphobic countertransferences in a century of psychoanalytic writing. *Transgender Studies Quarterly*, 4(3-4), 384-404.
- Lacan, J. (1998). *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente* (V. Ribeiro, Trad., 6ª ed.). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1957-1958)
- Lacan, J. (2006). *O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante* (V. Ribeiro, Trad., 2ª ed.). Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1971)
- Lugones, M. (2008). Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, 9, 73-101. [bit.ly/3WcXZ61](https://bit.ly/3WcXZ61)
- McGuire, W. (Ed.). (1974). *The Freud/Jung letters: the correspondence between Sigmund Freud and C. G. Jung* (R. Manheim & R. F. C. Hull, Trans.). Princeton University.
- Molinier, P. (2020). Becoming cisgender. *Research in Psychoanalysis*, 29, 47-55.
- Pfeil, C. L. & Pfeil, B. L. (2022). A cisgeneridade em negação: apresentando o conceito de ofensa da nomeação. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade*, 3(9), 1-24. <https://bit.ly/3VBHFf1>
- Porchat, P. (2014). A transexualidade hoje: questões para pensar o corpo e o gênero na psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 48(4), 115-124. <https://tinyurl.com/4c7fe47k>
- Porchat, P. & Santos, B. (2021). Are we safe analysts? Cisgender countertransferential fantasies in the treatment of transgender patients. *Psychoanalytic Review*, 108(4), 411-431.

O cis-tema psicanalítico em questão

Resolução n. 2.427. (2025, 8 de abril). <https://tinyurl.com/5ae4ajxw>

Roudinesco, E. (2022). *O eu soberano: ensaio sobre as derivas identitárias* (E. Aguiar, Trad.). Zahar.

Vergueiro, V. (2015). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade* [Dissertação de mestrado]. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia.

Stoller, R. J. (1974). *Sex and gender: the development of masculinity and femininity*. Routledge. (Trabalho original publicado em 1968)

Stona, J. & Carrion, F. (2021). *O cis no divã*. Devires.

Stona, J. & Ferrari, A. G. (2020). Transfobias psicanalíticas. *Revista Subjetividades*, 20(1), e9778. <https://bit.ly/3IL4IB6>

Recebido em 8/10/2025, aceito em 16/10/2025

Leonora Maniglia Macedo  
leonora.maniglia@unesp.br

Patrícia Porchat Pereira da Silva Knudsen  
patricia.porchat@unesp.br

DOI: 10.69904/0486-641X.v59n4.05